

União é marca principal da nova gestão da ASBIN

A Diretoria Executiva da ASBIN, para a gestão 2017/2020, tomou posse em cerimônia no espaço Gravatão da Abin, em Brasília. A sessão, realizada em 1º de dezembro, foi acompanhada por associados, servidores e diretores da Agência Brasileira de Inteligência, e conduzida pelo presidente da Comissão Eleitoral, Yeumar Einstein.

Em seu discurso de posse, Carlos Terra Estrela, reconduzido à presidência da Associação, reafirmou os compromissos da nova gestão com os associados e lembrou que as próximas ações estão baseadas em três pilares: união dos servidores, valorização da carreira e fortalecimento das atividades de inteligência.

“Só conseguiremos alcançar esses pilares com a verdadeira união dos servidores. As nossas conquistas somente serão consolidadas mediante a união da carreira, junto à Associação”, defendeu.

De acordo com o presidente da ASBIN, muitas ações iniciadas na gestão que se encerra serão continuadas nos próximos anos. “Reitero que a luta de algumas reivindicações continua, como a inclusão dos cargos dos grupos de informação e apoio nas carreiras de Oficial Técnico de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência. Intensificaremos as ações em defesa da recomposição salarial e da inclusão dos anistiados ao RJU [Regime Jurídico Único]. A reforma do Estatuto é outro ponto que vamos encaminhar e que já está prevista para acontecer no segundo semestre de 2018”, explicou Carlos Estrela.

O diálogo permanente com a Abin e outros movimentos também foi destacado: “nessa gestão, vamos dar continuidade ao bom relacionamento com a Agência, com o GSI [Gabinete de Segurança Institucional] e com demais lideranças das entidades classistas, a fim de fortalecer nossa luta



nas ações de interesse comum”, disse o presidente, que aproveitou para elogiar e agradecer a Direção Geral da Abin “que sempre esteve aberta ao diálogo”.

Plano de Gestão

Os novos dirigentes deixaram “as portas abertas da Associação” para que os servidores, em especial os sócios, deem suas sugestões para subsidiar o plano de gestão do mandato. “Queremos que todos participem!”, afirmou o presidente. O resultado das contribuições será consolidado em um Plano de Gestão, a ser discutido e formatado em reunião da Diretoria Executiva, prevista para acontecer em fevereiro de 2018.

A Diretoria Executiva frisa ainda que a nova gestão vai aperfeiçoar os serviços hoje prestados pela Entidade, além de ampliar com novos e inovadores produtos para associados.

Também na cerimônia, os dirigentes presentes receberam o tradicional certificado de posse, entregue pelo diretor adjunto da



Sergio Carazza (vice-presidente) e Carlos Estrela (presidente), eleitos para a gestão 2017/2020

Abin, Frank Oliveira, que aproveitou para saudar a diretoria da Associação e ressaltar a importância da troca de ideias com o órgão e do trabalho conjunto em defesa dos interesses dos servidores da Agência. “Desejo sucesso à nova diretoria”, disse Oliveira.

As eleições aconteceram em 13 de novembro, quando também foram escolhidos os integrantes dos Conselhos Consultivo e Fiscal e Delegados da Entidade.

NESTA EDIÇÃO

**Publicada
Estratégia Nacional
de Inteligência**

Página 3

**STF suspende
medida que adiou
reajuste salarial**

Página 3

**Planalto veta
negociação coletiva
dos servidores**

Página 2

Negociação coletiva na administração pública é vetada

Representando um enorme retrocesso na solução de conflitos no serviço público, o presidente da República, Michel Temer, vetou integralmente o PL 3.831/15, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que trata da negociação coletiva no serviço público. O projeto fora aprovado pelo Senado e pela Câmara e enviado à sanção presidencial no dia 27 de novembro pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O argumento usado pelo presidente foi que a proposta incorre em “inconstitucionalidade” e “vício de iniciativa”.

O veto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de dezembro e causou surpresa e estupefação nas entidades representativas dos servidores públicos. Esperava-se

vetos ao texto do projeto, mas não integral. Isto constitui-se num imenso retrocesso do ponto de vista da organização dos servidores públicos.

Temer alegou invasão de competência legislativa de estados, DF e municípios. O que não corresponde à verdade dos fatos, pois o Brasil ratificou a Convenção 151, da OIT, que trata do “Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública”, em 15 de junho de 2010.

A batalha agora é pela derrubada do veto no Congresso Nacional. Desse modo, as entidades de servidores públicos precisam dialogar com os líderes partidários do Legislativo, a fim de superar mais este obstáculo à solução dessa demanda dos servi-

dores públicos brasileiros, que dura desde a promulgação da Constituição, em 1988.

Rejeição do veto

Com o veto integral ao texto, fica suspensa, totalmente, a transformação do projeto em lei. A manutenção ou rejeição do veto depende de deliberação dos deputados e senadores, em sessão conjunta do Congresso, por escrutínio aberto.

Para o veto ser rejeitado é preciso o voto da maioria absoluta dos parlamentares de cada uma das Casas (41 votos no Senado e 257 votos na Câmara). A matéria cujo veto foi rejeitado é enviada ao presidente da República para promulgação – *Com informações do Diap.*

MP 805: Congresso Nacional instala comissão mista da matéria

A Comissão Mista que vai analisar a Medida Provisória 805/17 foi instalada em 6 de dezembro. A matéria prorroga os reajustes salariais de diversas categorias do funcionalismo público, além de aumentar de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores públicos federais.

Por acordo partidário, o deputado Rogério Rosso (PSD-DF) assumiu a presidência do colegiado. O relator designado foi o senador Cidinho Santos (PR-MT). O texto recebeu 255 emendas.

A MP aumenta, a partir de 1º de fevereiro de 2018, a contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que vai passar dos atuais 11% para 14% para os ser-

vidores dos três Poderes que recebem acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que é R\$ 5.531,33. A nova alíquota é aplicável aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Já os aumentos salariais previstos para 2018, serão adiados para 2019.

A proposição também altera a sistemática para pagamento das ajudas de custo e auxílio-moradia. A ajuda de custo será reduzida de até três vezes o valor da remuneração para apenas uma única remuneração mensal do cargo ocupado.

O auxílio-moradia, previsto para cobrir despesas com aluguel ou hospedagem de servidores que tenham se mudado para ocupar

cargo em comissão ou função de confiança, passará a seguir regime de redução progressiva. A MP reduz o auxílio em 25 pontos percentuais a cada ano a partir do segundo ano, alcançando o cancelamento do benefício após o quarto ano de recebimento.

Tramitação

A proposta será analisada, inicialmente, pela comissão mista. Em seguida vai a votos no plenário da Câmara. Depois no plenário do Senado. Se for aprovada sem alterações, será promulgada. Caso seja modificada no mérito, será transformada em projeto de lei de conversão (PLV) e vai à sanção presidencial.

Estratégia Nacional de Inteligência já está em vigor

Atendendo uma das principais demandas da carreira, o presidente da República, Michel Temer, publicou no Diário Oficial da União (DOU), de 18 de dezembro, a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT), que consiste em um documento de orientação estratégica, consolida conceitos e identifica os principais desafios para a atividade de Inteligência, definindo eixos estruturantes e objetivos estratégicos, de forma a criar as melhores condições para que o Brasil possa se antecipar às ameaças e aproveitar as oportunidades.

A Estratégia é um elo entre a Política Nacional de Inteligência (PNI), aprovada em 29 junho 2016 pelo presidente Michel Temer, por meio do Decreto nº 8.793, e o futuro Plano Nacional de Inteligência.

De acordo com Decreto, a ENINT foi elaborada a partir de discussões de um grupo de trabalho composto por representantes de órgãos do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin), com o apoio de estudiosos da atividade de Inteligência de vários segmentos (universidades, órgãos de governo e



instituições de referência), tendo sido apreciada ao final por todos os órgãos do Sisbin.

“Esta Estratégia será, oportunamente, complementada por um Plano Nacional de Inteligência e, juntos, esses dois documentos darão muito maior concretude, nos níveis operacional e tático, aos andamentos daquele documento básico de junho de 2016. Mais importante: encerram o ciclo iniciado em março de 1990, que buscou circunscrever plenamente

a atividade de Inteligência aos marcos do Estado Democrático de Direito.

Esse processo todo tem por objetivo último o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), de maneira que as 37 agências que hoje o integram possam trabalhar em sintonia cada vez maior, sempre com vistas a subsidiar o Estado brasileiro na tomada de decisões estratégicas e na sua implementação.” - Decreto de 15 de dezembro de 2017 – DOU, seção 1, página 36 – 18/12/2017.

Liminar do STF suspende efeitos da medida que adiou reajuste de servidores

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski suspendeu, em 18 de dezembro, os efeitos da Medida Provisória 805/17 que adiou para 2019 os reajustes salariais previstos para várias categorias do Poder Executivo e elevou a contribuição previdenciária dos servidores dos três Poderes.

A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5809, ajuizada pelo Psol. Na liminar concedida, Lewandowski disse que, com a MP 805, os servidores públicos do Poder Executivo serão duplamente afetados pelo mesmo ato. “Primeiro, por cercear-se um reajuste

salarial já concedido mediante lei; depois, por aumentar-se a alíquota da contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la.”

O ministro salientou que a jurisprudência do STF é pacífica ao garantir a irredutibilidade dos salários e que, caso a norma não seja suspensa, “os servidores atingidos iniciarão o ano de 2018 recebendo menos do que percebiam no anterior, inviabilizando qualquer planejamento orçamentário familiar previamente estabelecido”.

A decisão será submetida à vo-

tação do Plenário do STF, em data ainda não definida.

Contas públicas

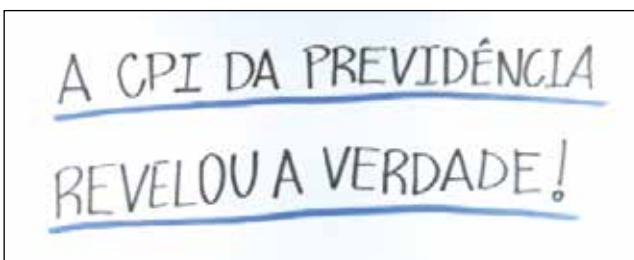
O governo editou a medida provisória com o objetivo de aumentar receitas e diminuir despesas em 2018, com vistas a assegurar o alcance da meta fiscal do ano (deficit primário de R\$ 159 bilhões).

A medida provisória está sendo analisada em uma comissão mista, onde recebeu 255 emendas. A comissão é presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD-DF). O relator é o senador Cidinho Santos (PR-MT). – *Com Agência Câmara.*

Campanha apresenta resultados da CPI da Previdência

As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, dentre elas a ASBIN, lançaram no Senado o vídeo com os resultados obtidos a partir das audiências públicas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência.

O objetivo da campanha é desmascarar as afirmações falsas do governo, que pretende aumentar a idade mínima para que



ao funcionalismo público.

A íntegra do vídeo está disponível no site da Entidade (www.asbin.org.br).

Assista e compartilhe! É preciso que a sociedade saiba a verdade sobre a Previdência Social, patrimônio do povo brasileiro.

os trabalhadores se aposentem. O novo texto, apresentado em 22 de novembro, além de penalizar as mulheres, é um verdadeiro ataque

Audiência pública debate a Previdência Social que queremos

O representante da ASBIN Sérgio Carazza, eleito vice-presidente para a gestão 2017/2020, participou da audiência pública “A Previdência Social que queremos”, promovida em 23 de novembro pela

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, no auditório Petrônio Portela do Senado Federal.

Na audiência, os dirigentes presentes ressaltaram que a nova campanha do governo sobre a reforma da Previdência é mentirosa e ataca o serviço público, com o intuito de reforçar para a sociedade que os servidores são a parte privilegiada dos brasileiros. O que não é verdade.

A ASBIN é uma das 97 Entidades participantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que também conta com a participação de mais de 200 deputados e senadores.

O senador Paulo Paim (PT/RS), que presidiu a mesa de debates e é o vice-presidente da Frente em Defesa da Frente, reafirmou seu compromisso na luta pela manutenção e respeito da Previdência Social.

A deputada federal Jandira Feghali



(PCdoB/RJ) também participou do evento, destacando a importância de esclarecer para a população todos os impactos que a reforma da Previdência pode trazer. “Os brasileiros não merecem tamanho desrespeito por parte do governo”, disse a parlamentar.

O debate foi acompanhado por diversos representantes das entidades que integram a Frente da Previdência Social, além de ser transmitido ao vivo, com a possibilidade de participação *on-line* dos internautas.

Convênio



Cliente da Associação dos Servidores da ABIN agora tem **25%** de desconto sobre todos os procedimentos da Clínica Faccino.

E MAIS!

Avaliação biométrica gratuita e 20% de desconto em todos os cosméticos comercializados pela clínica.

E ainda mais: Cliente da Associação dos Servidores da ABIN também tem **20%** de desconto em todos os cosméticos comercializados pela Clínica Faccino.

+55 (61) 3051-1351
+55 (61) 99909-1881
faccino@faccino.com.br
<http://www.faccino.com.br>
/clinicafaccino
@clinicafaccino

Quadra CLSW 104, Bloco B,
Loja 23 (subsolo), Sudoeste



Jornal da ASBIN

Informativo da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência

www.asbin.org.br

secretaria@asbin.org.br

(61) 3445-8661 / 3445-1997 /
99324-0402 (WhatsApp)
Setor Policial Sul - Área 5
Quadra 1 - Bloco W
Brasília-DF - CEP: 70610-200

Conselho Editorial:
Carlos Estrela (presidente) e
Sérgio Carazza (vice-presidente Executivo)
e Diogo de Amorim (diretor de Comunicação)

Jornalista responsável:
Daiana Lima (RP 8976-DF)
Fotos: Arquivo ASBIN e reprodução

Projeto gráfico e diagramação:
Fernanda Medeiros da Costa

Tiragem: 1.500 exemplares

Gráfica:
Gráfica e Editora Positiva